

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

Material contains information on the United States within the meaning of 5.C. Secs. 793 and 794 - (b) (7) - (C)

the United States within the meaning of any statute or executive order

ERIC FRATTINI!

A CIA

NO VATICANO

de Pio XII a Francisco

Como a CIA seguiu as principais questões políticas do Vaticano entre 1945 e 2013

casadasletras



Ficha Técnica

ISBN 9789897418099

© Eric Frattini, 2013

Direitos reservados

CASA DAS LETRAS

uma marca da Oficina do Livro – Sociedade Editorial, Lda.

uma empresa do grupo LeYa

Rua Cidade de Córdoba, 2

2610-038 Alfragide

Tel: 21 041 74 10, Fax: 21 471 77 37

E-mail: info@casadasletras.leya.com

Editora: Marta Ramires

Título original: La Cia en el Vaticano

Tradução: Cristina Rodriguez e Artur Guerra

Revisão: Carina Correia

1.ª edição: setembro de 2017

Esta edição segue a grafia do novo acordo ortográfico

NOTA DO EDITOR

A presente edição não contém alguns dos capítulos do texto original de Eric Frattini, cujo interesse, pelas suas temáticas, foi considerado menos relevante para os leitores portugueses. Desta forma, a edição portuguesa é uma versão adaptada do texto original do autor.

Nesta edição, mantiveram-se os documentos originais da CIA que estão na base dos vários capítulos. Estes podem, por vezes, não ter a legibilidade ideal e apresentar algumas incoerências, erros, partes rasuradas e algumas informações codificadas, nomeadamente nomes e siglas.

INTRODUÇÃO

Vaticano Caput Mundi

Uma história que circula nos corredores da Santa Sé refere que a diplomacia do Vaticano nasceu certa noite, em Jerusalém, quando uma prostituta apontou para Pedro e lhe disse: «Tu és um seguidor do nazareno», ao que Pedro lhe respondeu: «Não sei o que dizes». Esta ambiguidade marcará nos séculos futuros as relações diplomáticas e políticas do Vaticano com os outros Estados. A Santa Sé jamais rejeitará um pedido formal pronunciando a palavra «não», mas dará respostas lacónicas, ou não responderá, ou simplesmente, como no caso do apóstolo Pedro, o fará de forma ambígua e parcial.

A morte de João Paulo II, a eleição de Ratzinger, a renúncia de Bento XVI e a eleição de Francisco como novo Sumo Pontífice levou milhões de pessoas a interessarem-se pela história do papado e, por conseguinte, do Vaticano. Na história moderna, a personalidade e a política papal têm um efeito crucial na capacidade da Santa Sé de persuadir os crentes a contribuírem generosamente não só para a manutenção da própria estrutura vaticana como também para o apoio das suas políticas.

Este livro narra o desenvolvimento político de uma nação – o Vaticano –, mas também de uma instituição – o papado – que, até 1870, se reduzia a um pequeno Estado territorial que exercia a sua autoridade espiritual sobre milhões de católicos fora de Itália, mas que no século seguinte preferiu despojar-se dos últimos «poderes temporais» anquilosados para se transformar num país com apenas quarenta e quatro hectares e menos de mil cidadãos, embora com um alcance diplomático cada vez mais influente em todo o mundo. Há décadas que o Vaticano, ou tudo o que rodeia o mundo dos papas, se transformou em objeto de fascínio para os crentes e não-crentes e em motivo de especulação para os meios de comunicação,

porque, como um dia me disse um especialista vaticanista, «para o Vaticano, tudo o que não é sagrado é segredo», e em parte ele tinha razão.

Desde os primórdios do pontificado de Pio IX, o papado passou por um processo de desenvolvimento que pode ser definido como «surgimento do papado moderno», e alcançou o seu ponto culminante com a chegada de Pio XII à Cátedra de Pedro, em 1939. Sem recorrerem ao dogma da Assunção da Santíssima Virgem, como fez Pio XII, ou ao domínio temporal universal, como fez Inocêncio III (1198–1216) ou Bonifácio VIII (1294–1303), com a bula *Unam Sanctam* (1302), os últimos seis papas modernos (sem contar com o breve João Paulo I) conseguiram impor a sua autoridade moral e espiritual, mas também a sua autoridade política, em dezenas de conflitos políticos e diplomáticos nos últimos setenta e cinco anos de história. Os papas conseguiram impor a sua autoridade na Igreja Católica Romana e recomendar a crentes e clero de todos os cantos do mundo como pensar e agir, mas também influenciaram a forma de pensar e agir de muitos imperadores, reis e políticos desde que, no fim do século xv e princípio do século xvi, durante o papado de Alexandre VI (1492–1503), se ordenou o estabelecimento das primeiras nunciaturas em Veneza, com o núncio Angelo Leonini, e na Espanha dos Reis Católicos, em 1492, sendo Francisco de Prats o seu primeiro núncio. A estas nunciaturas seguir-se-ia a de França do Rei Henrique III, em 1583, já durante o pontificado de Gregório XIII.

A Revolução Francesa foi uma violenta chamada de atenção política para o Papa com a fixação da chamada Constituição Civil do Clero, que nacionalizou a Igreja até então romana e levou à secularização da nova República Francesa. No entanto, os papas posteriores, principalmente Gregório XVI e Pio IX, decidiram dar luta às novas doutrinas políticas que iam aparecendo, a golpe de bulas e encíclicas. Conceitos como liberdade de imprensa, liberdade de consciência e, muito mais, a liberdade religiosa eram anátemas para o papado. A Concordata assinada com o imperador Napoleão, em 1804, embora no princípio não fosse de todo satisfatória para o Papa, a verdade é que proporcionou à Santa Sé as bases do futuro intervencionismo político em países estrangeiros, dado que o tratado entre Roma e Paris permitiu ao Pontífice intervir nos «assuntos das igrejas locais». Napoleão abriu a caixa de Pandora para os quinze papas seguintes.

A autorização dada ao Sumo Pontífice para nomear e depor bispos seria o primeiro passo para o intervencionismo exterior do Vaticano.

Um destes famosos intervencionismos seria o apoio papal ao chamado ultramontanismo, um movimento católico francês que visava não só a instauração da monarquia como também o ressurgimento católico gaulês de obediência cega ao Papa de Roma. O ultramontanismo estendeu-se por toda a Europa, principalmente pela Prússia e Norte de Itália, e o movimento viu reforçada a sua influência com o regresso do Papa Pio VII (1800–1823) a Roma, em 1814. O papado e a Santa Sé gozavam de um novo prestígio político internacional. Leão XII (1823–1829) e Gregório XVI (1831–1846) procuraram estender as relações e influências políticas por toda a Europa e América, uma política expansionista continuada pelos Papas Pio IX (1846–1878), Leão XIII (1878–1903), Bento XV (1914–1922) e Pio XI (1922–1939). Estes quatro papas estenderam a influência da Igreja a África, Ásia e Oceânia. Pio IX, por exemplo, criou uma organização papal tão poderosa e efetiva em cinco continentes que chegou a criar duzentos e seis vicariatos apostólicos e episcopados; e Leão XIII, mais trezentos. Graças a isso, a população católica no mundo aumentou consideravelmente e ampliou desta forma o poder político da Santa Sé nesses mesmos cantos do mundo.

O historiador Filippo Mazzonis chegou a garantir, e tinha toda a razão, que «não seria exagerado afirmar que a Igreja do século xx, tal como a conhecemos, viu consolidar-se firmemente os seus alicerces e o surgimento das suas estruturas institucionais características no difícil período entre 1850 e 1870, em que começou a era contemporânea da sua história». A partir de 1870, os papas assumiram cada vez mais a tarefa de indicar à hierarquia eclesiástica no estrangeiro as normas e os regulamentos relacionados não só com as questões religiosas mas também com as questões políticas, sociais e económicas. A verdade é que, com a chegada do século xx, chegariam também outros conceitos suscetíveis de ser condenados pelos papas romanos, como o nacionalismo, a industrialização, o liberalismo, a democracia, o republicanismo, o socialismo, o anarquismo, o secularismo e, porque não, também o comunismo e o capitalismo. Por norma, tudo podia ser condenado pelo Sumo Pontífice Romano e, portanto, perseguido. No entanto, a chegada ao papado de Bento XV (1914–1922) fez com que a Santa Sé descobrisse em plena Primeira Guerra Mundial que a política e a diplomacia seriam necessárias para sobreviver não só nos

tempos sangrentos que lhe caberia viver mas também nas décadas seguintes.

Duas organizações serão a vanguarda política da Santa Sé: a Secretaria de Estado e os *Collegium*. Em 1487, o Papa Inocêncio VIII (1484–1492) criou um dos aparelhos políticos e diplomáticos mais poderosos da Santa Sé, a Secretaria de Estado. A sua origem remonta exatamente a 31 de dezembro de 1487, quando foi instituída a Secretaria Apostólica, na qual figurava o chamado *secretarius domesticus* com carácter de primazia sobre todos os restantes dicastérios e departamentos pontifícios. Seria o Papa Leão X (1513–1521) a estabelecer o chamado *secretarius intimus*, que foi consolidado no Concílio de Trento. Com a chegada do Papa Inocêncio X (1644–1655), é levada a cabo uma unificação de órgãos, reforçando a Secretaria de Estado. É com Paulo VI (1963–1978), em cumprimento dos acordos estabelecidos no Concílio Vaticano II, que a Secretaria de Estado adquire a sua forma atual, mas em 28 de junho de 1988, através da Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, estabelecida por João Paulo II (1978–2005), a Secretaria de Estado é dividida em duas secções: Secção dos Assuntos Gerais e a Secção das Relações com os Estados. A segunda secção será a encarregada de difundir a ideologia política pontifícia a outros Estados.


A segunda organização usada para expandir a ideologia política do Vaticano é o *Collegium*. Os vários *Collegium* começaram a preparar o clero estrangeiro que viria a liderar as comunidades religiosas nos seus respetivos países. Estes países eram objetivos políticos do Vaticano. Através dos novos bispos, os papas mostraram interesse em intervir mais ativamente na política do Canadá, dos Estados Unidos, da Austrália, da Nova Zelândia e, em especial, da China. A ideia era formar politicamente em Roma o clero e depois enviá-lo de volta para os seus respetivos países e promovê-los no escalão eclesiástico para exercerem influência no sistema político. A Santa Sé acabaria por se converter não só num centro espiritual e religioso mas também num importante centro político e de influência.

A intervenção cada vez maior do Vaticano nos países intensificou-se com a designação de representantes papais em dezenas de países, quer através de núncios (embaixadores), quer de delegados apostólicos, isto é, sem funções diplomáticas oficiais, mas que agiam como representantes do papa.

A verdade é que o aparecimento dos nuncios não foi bem visto em muitos países, nem mesmo pela própria hierarquia eclesiástica local. Os bispos viam estes enviados de Roma como uma clara interferência nos assuntos nacionais, principalmente naqueles países em que o clero defendia o seu direito a negociar, sem interferências do Vaticano, os seus próprios acordos com os governos hostis. O estabelecimento de relações diplomáticas foi, para os primeiros papas do século xx, mais do que um dever, uma necessidade inserida numa grande estratégia para assegurar o novo estatuto internacional da Santa Sé depois das perdas territoriais com o fim dos Estados Pontifícios em 1870. Também os chamados «enviados especiais» foram uma figura muito utilizada pelos Papas Pio XI, Pio XII, João XXIII, Paulo VI e, de forma quase constante, pelo Papa João Paulo II.

Em 1978, a Santa Sé mantinha relações diplomáticas com oitenta e quatro Estados. Hoje, em 2014, são já cento e setenta e seis os países com os quais o Vaticano tem relações diplomáticas formais, e mais quatro (União Europeia, Federação Russa, Ordem Soberana e Militar de Malta e a OLP) de forma especial. Só dezasseis Estados soberanos é que não mantêm relações diplomáticas com a Santa Sé. Oito deles são países muçulmanos: Afeganistão, Arábia Saudita, Brunei, Comores, Maldivas, Mauritânia, Omã e Somália. Quatro são Estados comunistas: China, Coreia do Norte, Laos e Vietname; e os outros quatro são Butão, Botsuana, Birmânia e Tuvalu.

Os pontificados que são abordados neste livro (Pio XII, João XXIII, Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI e Francisco) estiveram convencidos de que, na sua qualidade de mestres supremos da Igreja, Deus os protegia não só de erros espirituais como também de erros políticos e diplomáticos; afinal, a «infallibilidade» já vinha de uma longa tradição no seio da Igreja Católica, que tem a sua origem na obstinação da Santa Sé em dirigir não só a teologia cristã mas também a política dos países onde os católicos estavam largamente presentes, e por isso se tinham convertido numa importante força política e de voto. «Se quiseres o voto (ou o apoio) católico no teu país, terás de te aproximar primeiro de Roma», costumava dizer aquele que fora secretário de Estado de João XXIII, o cardeal Domenico Tardini. Não há dúvida de que o cardeal tinha razão. Tanto políticos (Lech Walesa ou Václav Havel), que lutavam pela democracia nos seus países da Europa de Leste, como ditadores (Ante Pavelic, Francisco Franco, Leónidas Trujillo, Anastasio Somoza, Augusto Pinochet, Jorge

Videla e Alfredo Stroessner) tiveram de passar antes pelo Vaticano e beijar o Anel do Pescador, se queriam receber o apoio católico para as suas políticas, quer fossem democráticas, quer ditatoriais. «Todos os caminhos vão dar a Roma», diz a tradição, e, analisando os últimos setenta e cinco anos de acontecimentos políticos e diplomáticos dos últimos seis papas, fica cada vez mais claro que todos os caminhos desde 1939 « vão dar ao Vaticano».

Este poder e esta influência no mundo levaram a CIA a transformar a Santa Sé, os papas, cardeais, bispos e demais funcionários eclesiásticos em alvos suscetíveis de ser vigiados e espiados, porque, como disse um dia o famoso caça-nazis Simon Wiesenthal, «o lugar mais bem informado do planeta é sem dúvida o Vaticano», e a Agência Central de Inteligência sabia isto desde a sua fundação.

As organizações de serviços de informação norte-americanas – como a Agência de Serviços Estratégicos (OSS) e depois o Grupo Central de Inteligência (CIG), a CIA e a Agência de Segurança Nacional (NSA) – sempre souberam que o Vaticano e a sua Secretaria de Estado seriam as maiores e melhores fontes de informação sobre o que estava a acontecer num mundo em permanente mudança. Mas as relações entre os sucessivos diretores da Central de Informações (DCI), desde Roscoe H. Hillenkoetter (1947–1950) a Porter J. Goss (2004–2006), e os papas foram muito estreitas, assim como entre Washington e Roma, como o demonstram os mais de trezentos documentos secretos que pude ler para escrever este livro.

A CIA NO VATICANO é um extenso livro de divulgação em que se narram os grandes assuntos da política da Santa Sé, analisados pela Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos. Para o escrever, consultei – durante meses – telegramas, mensagens e relatórios com a classificação de «oficial», «confidencial», «segredo», «ultrasegredo» e «reservado», da Agência de Serviços Estratégicos (OSS), do Corpo de Contra-Inteligência (CIC) das Forças Aliadas na Europa, da Agência de Inteligência de Defesa (DIA), do Departamento de Estado, Departamento da Defesa, Departamento do Tesouro e da Agência Central de Inteligência (CIA), e nos quais se revelam pela primeira vez os incómodos assuntos do Vaticano, demasiado «segretos» e ocultos até hoje. *A CIA NO VATICANO* mostra-nos claramente a intervenção política da Santa Sé nos assuntos internos de vinte e um países: Argentina, Irlanda, Cuba, Vietname, Estados Unidos, Itália,

Iraque, Israel, Palestina, México, El Salvador, Chile, União Soviética, Líbano, Brasil, Polónia, China, Colômbia, Checoslováquia, Jugoslávia, e Hungria. Esta obra vai desde o dia 12 de maio de 1944 até ao mês de junho de 2013, do pontificado de Pio XII ao início do pontificado do Papa Francisco.

Entre os diferentes temas tratados nos documentos das agências de informação norte-americanas sobre o Vaticano e que constituem o corpo dos quarenta e sete capítulos, encontram-se a espionagem da NSA no Conclave de 2013, a campanha de Néstor Kirchner e da sua esposa, a atual Presidente Cristina Fernández de Kirchner, contra o arcebispo Bergoglio, os abusos sexuais na Irlanda, Hugo Chávez, o Presidente Barack Obama, a nefasta política de informação da Santa Sé, a Al-Qaeda, a máfia, o diálogo inter-religioso, o mundo muçulmano, a invasão do Iraque, o conflito árabe-israelita, o Opus Dei, a revolta zapatista, a política da América Central e o apoio aos governos militares e grupos da extrema-direita, a Guerra do Golfo, Mikhail Gorbachev e a *Perestroika*, as ditaduras na Argentina, no Chile e no Brasil, os reféns do Líbano, a Teologia da Libertação, o atentado contra João Paulo II, o assassinio de monsenhor Romero, o assassinio dos jesuítas em São Salvador, a Democracia Cristã italiana, o ouro do Vaticano, a *Ostopolitik*, o Partido Comunista Italiano, o golpe de Estado contra Salvador Allende, a China, o divórcio em Itália, a guerra do Vietname, a tentativa de assassinio de Paulo VI, o comunismo e a Igreja perseguida na Checoslováquia, Jugoslávia e Hungria, a excomunhão de Fidel Castro, a Igreja e o peronismo, a Terceira Guerra Mundial, a participação do Vaticano para evitar a ascensão do comunismo em Itália, e a ajuda do Vaticano aos criminosos de guerra nazis, entre outros.

Os mais de trezentos documentos originais, redigidos pelos operacionais e analistas da OSS, do CIC, da DIA, da estação CIA em Roma, da Divisão Europa da Agência Central de Inteligência, do Conselho de Segurança Nacional (NSC) da Casa Branca e da Divisão de Inteligência do Departamento de Estado, e que abrangem os pontificados de seis Sumos Pontífices, Pio XII (1939–1958), João XXIII (1958–1963), Paulo VI (1963–1978), João Paulo II (1978–2005), Bento XVI (2005–2013) e Francisco (2013–), pretendem unicamente demonstrar o intervencionismo político da Santa Sé nos diversos países nas últimas oito décadas e como muitas vezes esse intervencionismo papal pode ter mudado o curso da história.

O novo secretário de Estado, Pietro Parolin, descrevia, numa entrevista recente, como devia ser a diplomacia do Vaticano no século XXI: «[...] a razão de ser de uma diplomacia da Santa Sé é a busca da paz. E se a diplomacia da Santa Sé teve tanto renome e tanta aceitação em todo o mundo, no passado e no presente, é precisamente porque se coloca além dos interesses nacionais, que às vezes são interesses muito particulares. Ela coloca-se nesta visão do bem comum da humanidade. [...] Acho que hoje o objetivo fundamental é obviamente conseguir fazer a paz no meio da diversidade que temos num mundo multipolar. Já não existem os blocos de antes. Isto é uma análise de geopolítica comum. Há distintos poderes. Surgiram poderes diferentes, com todos os problemas que estes trazem. Porque nós pensávamos, nos nossos desejos de paz e de felicidade, que a queda dos muros tradicionais – o muro de Berlim, o do bloco entre países comunistas e Ocidente – iria trazer paz e felicidade ao mundo. E não foi assim. Desencadeou-se todo o problema do terrorismo. Então, eu penso que o muro que se deve derrubar é o de identificar como é que todas estas diferentes realidades podem entrar em acordo e trabalhar juntas para o bem de todos. Juntar as diferenças de forma que não sejam divisões e se tornem colaborações em prol de toda a humanidade».

Sobre o papel que deve desempenhar a Secretaria de Estado do Vaticano, Parolin afirmou: «Penso que (a Secretaria de Estado) tem de reinventar a sua presença; porque os cenários são diferentes. Temos as grandes atuações históricas do cardeal (Agostino) Casaroli no tempo dos grandes blocos e toda a questão da *Ostpolitik*, mas também tudo o que se relaciona com a defesa dos direitos humanos. Agora parece-me que as coisas se complicaram um pouco. [...] O que quero dizer é que tem de se reinventar a forma de estar presente, mas o objetivo é sempre o mesmo. E falando dos grandes desafios, superando este relativismo – que é uma praga! –, porque eu vê-lo-ia inserido no discurso que lhe estava a fazer: o de ultrapassar as diferenças. Se não houver um chão comum que se possa pisar, isto é, se não houver uma verdade objetiva na qual todos nos reconheçamos, então será muito mais difícil procurar pontos comuns. Este chão comum é a dignidade da pessoa humana em todas as suas dimensões, de onde não se exclui a dimensão transcendente; não é só a dimensão pessoal, social, política, económica, mas também a transcendente, pela qual se reconhece que o

homem foi feito à imagem e semelhança de Deus, e que Deus é a sua fonte.»

A melhor definição daquilo que este novo Papa quer na política externa, ao contrário da conduzida por Pio XII (anticomunismo), João XXIII (de aproximação), Paulo VI (de pacifismo) e, é claro, por João Paulo II (de centralismo e intervencionismo), foi feita pelo próprio secretário Parolin ao garantir que «[...] eu não queria uma diplomacia de grandes titulares, mas, sim, uma diplomacia efetiva. Nós não procuramos, penso eu, a popularidade. Sinceramente, nenhum de nós quer isso, mas quer o efeito. E temos de ter em conta o que diz o Evangelho: que não saiba a tua mão esquerda o que faz a tua mão direita».

A *CIA NO VATICANO* é, sem dúvida alguma, uma longa, interessante e pormenorizada crónica sobre a visão que a Agência Central de Inteligência, os seus diretores, agentes e analistas têm da política externa do Vaticano. Lendo este livro, podemos já afirmar que talvez nos próximos anos vejamos que o lema que, segundo dizem, figurava na coroa do imperador Diocleciano (244–311), *Roma Caput Mundi* (Roma Cabeça do Mundo), se possa transformar, dezassete séculos depois, em *Vaticano Caput Mundi*, pelo menos do ponto de vista político e diplomático. Veremos...

FRANCISCO

2013-

Vaticano. A NSA e o Conclave de 2013

No mês de junho de 2013, o escândalo saltava para as primeiras páginas de todos os meios de comunicação do mundo quando um antigo analista de 30 anos chamado Edward Snowden revelava que a Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos tinha espiado as comunicações de milhões de cidadãos em todo o mundo, incluindo um grande número de chefes de Estado e de governo de países não-aliados e aliados. Com o passar dos meses, os meios de comunicação publicaram informações que demonstravam que a agência de inteligência de sinais norte-americana espiara a chanceler Angela Merkel, a Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, os membros do G-20, o então Presidente da Venezuela Hugo Chávez e inúmeros líderes, incluindo os papas Bento XVI e Francisco. Ninguém se livrara de ser espiado pela NSA, até mesmo o Papa Francisco, os cento e catorze cardeais que o elegeram no Conclave do mês de março de 2013 e os onze cardeais norte-americanos que foram a Roma com essa missão.

Quase instantaneamente, o efeito Snowden começou a espalhar-se por todo o mundo apoiado na revelação de novos documentos, o que demonstrava a extensão dos «enormes ouvidos» da NSA, não só para espiar os países inimigos (Cuba, Venezuela, Iraque, Afeganistão, Iémen, China, Rússia, Irão, Paquistão e Coreia do Norte) mas também os países amigos (México, Alemanha, Itália, Brasil, Espanha, Japão, Holanda, Bélgica e o próprio Vaticano). O Snowdengate ou Datagate, como já é conhecido, estendia-se como um *tsunami* aos países aliados e para vergonha da administração Obama.

Na Alemanha, as revelações de Edward Snowden reavivaram nos seus cidadãos a etapa obscura da Stasi. Em França, o Presidente François Hollande ficou furioso quando soube que a NSA espiara as comunicações secretas do Quai d'Orsay, o Ministério dos Negócios Estrangeiros francês.

O primeiro-ministro de Itália, Enrico Letta, qualificou de «inaceitável» as práticas atribuídas à administração norte-americana e exigiu «conhecer toda a verdade». A NSA interceptara os três principais cabos submarinos de fibra ótica através dos quais se transmitiam milhões de chamadas telefónicas, correios eletrónicos e tráfego de internet de Itália. Letta protestou junto do secretário de Estado John Kerry contra a espionagem efetuada pela NSA de cidadãos e empresas italianas, sobretudo do setor energético.

Na quarta-feira, 23 de outubro, Letta e Kerry mantiveram um encontro em Roma, no qual o primeiro-ministro italiano mostrou a sua preocupação pelas recentes revelações dos meios de comunicação acerca da espionagem feita pela NSA dos telefonemas e correios eletrónicos de cidadãos italianos. O político italiano expressou inclusive a Kerry a «necessidade de verificação da veracidade daquelas revelações» sobre eventuais «violações da privacidade». Kerry garantiu que iria cooperar com Roma para rever e estudar este caso, que em Itália foi chamado Datagate. «Os factos são factos. Não podemos aceitar esta espionagem sistemática. Devemos tomar medidas a nível europeu», defendeu o primeiro-ministro da Bélgica, Elio Di Rupo. Também o primeiro-ministro holandês, Mark Rutte, afirmou que a Comunidade das Nações decidiria como responder às revelações logo que tivesse o resultado de uma investigação em curso para determinar a extensão da espionagem.¹

Em 30 de outubro de 2013, a revista *Panorama* ia mais longe e revelava que a NSA tinha espiado as conversas telefónicas de e para a Cidade-Estado do Vaticano, incluindo as que se efetuaram durante o pré-Conclave (nas congregações gerais) e o Conclave de março desse mesmo ano. «Existe a suspeita de que as conversas sobre o futuro papa tenham sido controladas», garantiu a revista.

Também foram interceptadas as comunicações da *Domus Sanctae Marthae*, a residência onde viviam os cento e quinze cardeais eleitores que elegeriam o sucessor de Bento XVI. Ao que parece, a NSA conseguiu interceptar as comunicações do Vaticano graças à espionagem massiva realizada em território italiano e no meio das quase quarenta e seis milhões de conversas interceptadas naquele país. Muitas delas localizavam-se no pequeno Estado do Vaticano.²

A revista *Panorama* falava de um período de escutas que ia de segunda-feira, 10 de dezembro de 2012, até terça-feira, 8 de janeiro de 2013, mas

suspeita-se que a NSA tenha continuado a interceptar as comunicações da Santa Sé depois de se saber do anúncio da renúncia ao pontificado do Papa Bento XVI, que se tornou efetiva em 28 de fevereiro. O semanário acrescentava que a espionagem fora efetuada durante todo o Conclave para eleger o novo papa. Entre as conversas escutadas estariam as que ocorreram na *Domus Internationalis Paulus VI*, na romana Via della Scrofa 70, a residência onde se alojou o então arcebispo de Buenos Aires, cardeal Bergoglio, antes de começar o Conclave onde seria eleito Sumo Pontífice no dia 13 de março de 2013. A revista *Panorama* recordava que o nome do agora Papa Francisco já tinha surgido nos documentos revelados por Bradley Manning, o analista militar que entregara ao portal WikiLeaks, de Julian Assange, milhares de documentos secretos. A WikiLeaks revelava telegramas diplomáticos e relatórios da agência de inteligência, incluindo memorandos da estação CIA de Buenos Aires, em que se falava do cardeal Jorge Mario Bergoglio como um dos *papabili* no Conclave de 2005, assim como outros documentos datados de 2007 que destacavam a sua «má relação» com o então Presidente Néstor Kirchner.³

Também os diretores do IOR (Instituto para as Obras de Religião), conhecido como o Banco do Vaticano, não se livrariam da espionagem da NSA. O alemão Ernst von Freyberg, nomeado presidente do IOR pelo Papa Bento XVI, depois dos escândalos provocados pela revelação de documentos conhecida como *Vatileaks*, seria um alvo dos ouvidos poderosos da Agência de Segurança Nacional, bem como outros membros do Conselho de Administração. As conversas dos diretores do IOR interceptadas numa altura em que lutavam para conseguir a atribuição da qualificação de «banco limpo» por parte do Moneyval⁴, a autoridade do Conselho da Europa, terão sido provavelmente classificadas pela NSA na categoria *Threats to financial system* (Ameaças ao sistema financeiro).⁵

Um porta-voz da NSA negava as acusações, alegando que o Vaticano não era um país «sujeito a vigilância», mas pouco depois saber-se-ia que a agência interceptara as comunicações dos onze cardeais norte-americanos presentes no Conclave. Os alvos eram o cardeal Justin Francis Rigali, arcebispo emérito de Filadélfia, o cardeal Roger Mahoney, arcebispo emérito de Los Angeles, o cardeal William Joseph Levada, prefeito emérito da Congregação para a Doutrina da Fé, o cardeal Francis George, arcebispo de Chicago, o cardeal Edwin O'Brien, grão-mestre da Ordem Equestre do

Santo Sepulcro de Jerusalém, o cardeal Donald Wuerl, arcebispo de Washington, o cardeal Sean Patrick O'Malley, arcebispo de Boston, o cardeal Raymond Burke, prefeito emérito da Assinatura Apostólica, o cardeal Daniel DiNardo, arcebispo de Galveston-Houston, o cardeal James Michael Harvey, arcebispo da Basílica de *San Paolo fuori le Mura*, e o cardeal Timothy Dolan, arcebispo de Nova Iorque.

Depois de cada congregação geral, as reuniões pré-Conclave, os cardeais norte-americanos conhecidos como Dream Team, reuniam-se para debate no *Pontifical North American College*, na Via del Gianicolo 14, desconhecendo que a NSA escutava as suas conversas e interceptava as suas comunicações. A maior parte destas comunicações seria interceptada através do programa PRISM e da recolha de comunicações feita por equipas de elite da unidade F6, ou Special Collection Service (SCS), um destacamento dependente da CIA e da NSA, e do S32, o Tailored Access Operations, conhecido popularmente por TAO.⁶ A NSA tinha destacado equipas SCS para as Embaixadas dos Estados Unidos em Roma (Via Vittorio Veneto, 121) e no Vaticano (Via delle Terme Deciane, 26) a fim de cobrir o maior número de comunicações de líderes dos dois países. O documento da NSA, classificado como «ultrassecreto» e datado de 13 de agosto de 2010, mostrava a distribuição das equipas SCS, com noventa e seis estações em oitenta lugares no mundo, dezanove só na Europa, incluindo Roma. As sedes a partir das quais operavam as equipas SCS eram os edifícios de embaixadas e consulados norte-americanos. O documento mostrava que três estações SCS continuavam ainda com «vigilância ativa», catorze sob «vigilância remota» (onde se incluía o Consulado dos Estados Unidos em Milão), duas sob «atividade de apoio tecnológico», setenta e quatro com «pessoal em situação» (onde se incluíam as Embaixadas dos Estados Unidos em Roma e no Vaticano e o Consulado em Génova), e três em estado «latente».

O documento mostrava que a NSA tinha equipas SCS ativas em Roma, equipadas ao mais alto nível tecnológico e protegidas nos *bunkers* das suas delegações diplomáticas em Itália. Sob a proteção diplomática, as equipas do Special Collection Service podiam recolher informações secretas através de sinais sem serem detetadas pelos serviços de segurança do país onde atuavam.

Os agentes do SCS operavam a partir da Embaixada dos Estados Unidos no Vaticano usando os seus próprios dispositivos de escuta, com os quais podiam intercetar praticamente todos os métodos de comunicação que os altos cargos da Santa Sé pudessem utilizar, quer através de telemóveis, *wifi* ou comunicações via satélite.

Os gabinetes dos agentes SCS costumam situar-se nos andares mais altos dos edifícios diplomáticos, perto das antenas de comunicações da própria delegação. Um gabinete de agentes do SCS costuma ser um pequeno quarto sem janelas, cheio de cabos, com uma estação de trabalho repleta de «bastidores de processamento de sinais», e que contém dezenas de *plug-in* de unidades de «análise de sinais». Ao que parece, as unidades SCS utilizam a mesma tecnologia em todo o mundo. Elas podem intercetar sinais de telemóveis e ao mesmo tempo a localização do emissor e do recetor da chamada. O sistema de antena utilizado pela SCS, instalado nos telhados das embaixadas e dos consulados dos Estados Unidos no estrangeiro, é conhecido pelo nome de código «Einstein», por causa da quantidade de dados que é capaz de recolher em muito pouco tempo.²

Conforme os documentos revelados por Edward Snowden, e provavelmente utilizados também na espionagem da Santa Sé, as unidades SCS podem ter intercetado sinais de micro-ondas e de ondas milimétricas, e utilizado um programa conhecido como *Birdwatcher*, que deteta comunicações codificadas no estrangeiro e busca potenciais pontos de acesso, através da rutura dos próprios códigos secretos que o Vaticano utilizava nas suas comunicações. O *Birdwatcher* era controlado diretamente a partir da sede da SSO, no edifício OPS2A, uma espécie de «cubo de Rubik» de vidro escuro no meio do quartel-general da NSA, em Maryland. A Diretoria da Inteligência de Sinais 35, ou Special Source Operations (SSO), era a responsável pelos programas de recolha de sinais domésticos através do programa PRISM.

Numa entrevista concedida ao jornal britânico *The Guardian*, o ex-analista da NSA, Edward Snowden, falou sobre o PRISM: «Os senhores nem imaginam o que é possível fazer. É espantoso até onde chega a capacidade de ação. Podemos intercetar computadores e, assim que alguém entra na rede, identificar o computador a partir do qual entrou. Tudo é suscetível de ser espiado, tudo é suscetível de ser controlado, tudo é suscetível de ser intercetado».

O objetivo do PRISM era recolher informação através do tráfego internacional que passava pelos servidores destas companhias sob a forma de correio eletrónico, fotografias, áudios e vídeos, para seguir a pista de um alvo estrangeiro ou nacional e de interesse para o serviço de informações americano. «98% da produção do PRISM baseia-se na Microsoft, no Google e no Yahoo. Precisamos de garantir que estas fontes não sofram dano algum», afirma um documento secreto da NSA revelado pelo jornal *The Washington Post*. Funcionários dos serviços de inteligência descreveram o PRISM como «a ferramenta mais prolífera para os relatórios presidenciais dos serviços de inteligência, pois foi mencionado cerca de 1477 vezes no passado. Com efeito, o PRISM está a converter-se no maior suporte de espionagem à escala global de toda a história da NSA». Foi também revelado que os gigantes da internet, como Yahoo, Google, Facebook, Microsoft, Apple, Skype, YouTube, AOL, Dropbox e PalTalk, terão entregado voluntariamente à NSA as *passwords* das suas nuvens e que isto permitira que a Agência de Segurança Nacional introduzisse nos sistemas de comunicações programas espiões que permitiam descodificar as *passwords* dos utilizadores, tudo isto com a autorização da Casa Branca, durante o mandato do Presidente Barack Obama.

Porém, a operação de espionagem realizada pela NSA em 2013 a altos cargos do Vaticano não foi a primeira. Em maio de 2006, a Casa Branca, com a administração Bush, já tinha aprovado a operação de espionagem sobre o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, durante a sua segunda viagem à Itália e na qual se reuniria com o Papa Bento XVI. A operação fora aprovada apenas dois meses antes numa reunião havida na sala de operações da Casa Branca e à qual assistiram o Presidente George W. Bush, o vice-Presidente Dick Cheney, o conselheiro para a Segurança Nacional Stephen Hadley, a secretária de Estado Condoleezza Rice, o diretor da Inteligência Nacional John Negroponte, o diretor da CIA Porter Goss, e os diretores da Agência Nacional de Inteligência Geoespacial (NGA), James R. Clapper, e da Agência de Segurança Nacional (NSA), o general Keith Alexander.⁸

A partir da sua sede em Fort Meade (Maryland), a Agência de Segurança Nacional, conhecida por Puzzle Palace, pôs em campo tantos meios tecnológicos, com a ajuda da Agência Nacional de Inteligência Geoespacial, que hoje seria impossível calcular o custo real da operação –

mas a verdade é que esta experiência totalmente positiva foi a luz verde para o início da maior operação de espionagem à escala global de toda a história.

Os próprios analistas não acreditavam que a NSA fosse capaz de processar a imensa quantidade de dados que circulavam a cada segundo nas redes globais e que tinham sido compilados e armazenados. Porém, no dia 31 de julho, o *The Guardian* publicava outro conjunto de diapositivos sobre um sistema chamado XKeyscore. Este sistema, utilizando metadados, extrai, filtra e classifica a informação que qualquer pessoa coloque em *emails* e em conversas digitais, assim como o histórico dos navegadores mais usados na internet. Enormes quantidades de dados podem ser assim filtrados, por nome, número de telefone e, até, pela língua utilizada na navegação ou em conversas. As revelações do jornal britânico também diziam que a NSA utilizava este sistema para classificar dados pelo seu «nível de interesse»: os dados «interessantes» podiam permanecer nos servidores até cinco anos, ao passo que o chamado «ruído» (dados sem interesse) era descartado pelo XKeyscore em menos de vinte e quatro horas. Usando este programa, a unidade secreta MAC⁹ da NSA foi capaz de analisar em pouco tempo dados recolhidos em todo o mundo, incluindo o Vaticano, entre o dia 8 de fevereiro e o dia 8 de março de 2013.

Um memorando secreto sob o código FISA/211-731 revelava que a NSA fomentara entre os altos funcionários de toda a administração Obama, incluindo a Casa Branca, o Departamento de Estado e o Pentágono, a partilha das suas agendas telefónicas, incluindo os endereços eletrónicos, para que a agência pudesse monitorizar os seus sistemas de vigilância com os números de telefone e direções eletrónicas de todos os líderes e funcionários estrangeiros com quem tinham contactos. Esta «recomendação» incluía todo o pessoal da Embaixada dos Estados Unidos junto da Santa Sé.¹⁰

Os telefonemas interceptados no Vaticano pela NSA eram filtrados pelo programa XKeyscore a fim de limpar o «ruído» (informação que não tem valor algum) e arquivar o que tinha valor segundo quatro classificações: *leadership intentions* (intenções de liderança), *threats to financial system* (ameaças ao sistema financeiro), *foreign policy objectives* (objetivos de política externa) e *human rights* (direitos humanos).

O padre Federico Lombardi, porta-voz do gabinete de imprensa do Vaticano, afirmou: «Não temos informações sobre esse assunto, mas, de qualquer modo, o Vaticano não tem qualquer preocupação a esse respeito». Curiosamente, a Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos apressou-se a garantir que as informações sobre a suposta intercetação de telefonemas para o Vaticano, para o IOR, para o Sumo Pontífice, para os altos funcionários da Santa Sé e para os cardeais norte-americanos «não eram verdadeiras» e garantiu que o Vaticano não estava entre os alvos dos seus serviços de vigilância. «As informações de que a NSA espiou o Vaticano, publicadas pela revista italiana *Panorama*, não são verdadeiras», afirmou Vanee Vines, porta-voz da NSA, através de um comunicado oficial.

O que fica claro é que, no próximo Conclave que se realizar no Vaticano, quando os homens da Gendarmaria Vaticana fizerem as «varreduras» na *Domus Sanctae Marthae* e na Capela Sistina para evitar a colocação de microfones ocultos, vão ter de pensar também nos satélites da Agência de Segurança Nacional que sobrevoam no espaço, a centenas de quilómetros de altura da Santa Sé. Na altura em que pronunciar o tradicional *extra omnes* (todos para fora), o encarregado das cerimónias pontifícias vai ter de olhar também para o céu à espera de que a NSA tenha desligado os seus satélites.

government's use of force against them. (COMMENT: The teachers in Santa Cruz seem to have lost fear of government reprisal and appear determined to continue their strikes until the government offers a more acceptable conciliation. The latest round of violence may well just add fuel to the fire and encourage them to continue demonstrating. Perhaps because of President Kirchner's ties to the province, the situation in Santa Cruz is being countered from Buenos Aires at the national level, raising the risk that Kirchner himself could feel repercussions from the prolonged conflict. Even the Labor Minister commented critically to Ambassador and the DCM May 2 about Kirchner's efforts to manage the crisis in his province from Buenos Aires. END COMMENT.)

Criticisms from the Church

6. (C) Relations with the Church have been tense since former Bishop Joaquin Pina's successful campaign to defeat Kirchnerista Governor of Misiones province Carlos Rovira's push to allow indefinite reelection. Cardinal Jorge Bergoglio said that the Church would not get involved in politics, but supported retired Bishop Pina's efforts. Bergoglio recently voiced his concern over Kirchner's concentration of power and the weakening of democratic institutions in Argentina. In Santa Cruz, a local Catholic Bishop has joined the teachers' cause and criticized the government for treating those who think differently from the government as "enemies," helping to aggravate the already tense relations between the administration and the Catholic church.

7. (C) In return, the government appears irritated at the Cardinal's apparent preference for the opposition in this

PRÉVIA GRATUITA · OFERTA POR TEMPO LIMITADO

Você chegou ao fim desta prévia.

Continue lendo "A CIA no Vaticano"
e mais de 1 milhão de livros — de graça por 30 dias.

★★★★★ Mais de 1 milhão de leitores já aproveitam

Com o Kindle Unlimited, sua leitura não tem fim:

- ✓ Leia à vontade — explore mais de 1 milhão de títulos sem pagar por livro.
- ✓ Leve para qualquer lugar — baixe o app gratuito e leia onde e quando quiser.
- ✓ Em qualquer tela — celular, tablet, computador ou Kindle — você escolhe.
- ✓ Grandes autores — best-sellers e novos talentos, inclusive títulos em inglês.

COMEÇAR MEUS 30 DIAS GRÁTIS

Cobrança só após o período grátis.

- ✓ Pagamento seguro
- ✓ Acesso imediato
- ✓ Cancele quando quiser

Não precisa ter um Kindle: baixe o app gratuito e comece a ler agora.

Se não quiser ler no aplicativo Kindle, compre o livro [clikando aqui](#).